

TRATADO DE COMMERCIO, NAVEGAÇÃO E EXTRADIÇÃO ENTRE PORTUGAL E A REPUBLICA DA BOLIVIA

ASSIGNADA NA CIDADE DE LA PAZ AOS 10 DE MAIO DE 1879, E TROCADAS AS RATIFICAÇÕES
EM PARÍS, A 29 DE MARÇO DE 1883¹

Em nome de Deus Todo Poderoso :

Sua Magestade Fidelissima El-Rei de Portugal e dos Algarves, e o ex.^{mo} conselho de ministros, encarregado do poder executivo da republica da Bolivia, em conformidade com a constituição do estado, animados de igual desejo de estabelecer e consolidar as mais intimas e amigaveis relações entre o reino de Portugal e a republica da Bolivia, resolveram celebrar um tratado de amizade, commercio, navegação e extradição, e para este fim nomearam seus plenipotenciarios ; a saber :

Sua Magestade El-Rei de Portugal ao visconde de S. Janeiro, do seu conselho, seu ajudante de campo honorario e seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão extraordinaria na republica da Bolivia, gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, commendador da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada, do valor, lealdade e merito, cavalleiro de S. Bento de Aviz, gran-cruz da ordem

En el nombre de Dios Todo Poderoso.

Su Majestad Fidelísima el Rey de Portugal y de los Algarbes, y el excelentísimo consejo de ministros encargado del poder ejecutivo de la república de Bolivia, conforme á la constituion del estado, animados de igual deseo de establecer y fomentar las más intimas y amistosas relaciones entre el reino de Portugal y la república de Bolivia, resolvieron celebrar un tratado de amistad, comercio, navegacion y extradicion, y para este fin nombraron sus plenipotenciarios, á saber :

Su Majestad el Rey de Portugal al vizconde de San Janeiro, de su consejo, su ayudante de campo honorario, su enviado extraordinario y ministro plenipotenciario en mision extraordinaria en la república de Bolivia, gran-cruz de la orden de Nuestra Señora de Concepcion de Villa Viciosa, comendador de la antigua y mui noble orden de la Torre y Espada, del valor, lealtad y mérito, caballero de San Benito de Aviz, gran-cruz de

¹ *Diario do governo* n.º 103 de 9 de maio de 1883; *Collecção de legislação*, pag. 62; *Livro branco* de 1880, pag. 192.

da Corôa de Italia, de Izabel a Catholica de Hespanha, e da Corôa de Sião, dignitario da ordem da Rosa do Brazil, official da Legião de Honra de França, etc., etc.;

O ex.^{mo} conselho de ministros, encarregado do poder executivo da republica da Bolivia, ao ex.^{mo} e reverendissimo bispo da diocese de La Paz, dr. D. Juan de Dios Bosque, antigo conselheiro e ministro d'estado da Bolivia, e seu ministro plenipotenciario, para ajustar o presente tratado.

Os quaes, depois de terem reciprocamente communicado os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida fórma, convieram nos artigos seguintes:

Artigo 1.^o Haverá paz e amizade perpetua entre o reino de Portugal e a republica da Bolivia, assim como entre os subditos e cidadãos dos dois estados sem distincção de pessoa nem de logares.

Art. 2.^o Os portuguezes na republica da Bolivia, e os bolivianos no reino de Portugal e seus dominios gozarão reciprocamente dos mesmos direitos civis e das mesmas garantias que os nacionaes e estarão sujeitos ás leis e á jurisdicção proprias do paiz.

Em consequencia, os subditos e cidadãos de cada uma das Altas Partes Contratantes poderão dispor livremente dos seus bens moveis ou immoveis, em vida ou por testamento, sujeitando-se ás leis da nação em que residirem, e os seus contratos e disposições assim outorgados terão pleno vigor no paiz da sua nacionalidade.

Art. 3.^o Os subditos e cidadãos dos estados de cada uma das Altas Partes Contratantes estarão isentos no territorio da outra parte

la orden de la Corona de Italia, de Izabel la Católica de España, y de la Corona de Siam, dignatario de la orden de la Rosa del Brazil, oficial de la Legion de Honor de Francia, etc., etc.;

El excelentissimo consejo de ministros, encargado del poder ejecutivo de la república de Bolivia al excelentissimo y reverendissimo obispo de la diocesis de La Paz, doctor Don Juan de Dios Bosque, antiguo consejero y ministro de estado de Bolivia, y su ministro plenipotenciario para ajustar el presente tratado.

Los cuales, después de haberse comunicado recíprocamente sus plenos poderes, que encontraron en buena y debida forma, convinieron en los artículos siguientes:

Artículo 1.^o Habrá paz constante y amistad perpetua entre el reino de Portugal y la república de Bolivia, así como entre los súbditos y ciudadanos de los dos estados, sin distincion de personas ni localidades.

Art. 2.^o Los portugueses en la república de Bolivia y los bolivianos en el reino de Portugal y sus dominios gozarán recíprocamente de los mismos derechos civiles y de las mismas garantias que los nacionales y estarán sujetos á las leyes y jurisdiccion proprias del país.

En consecuencia, los súbditos y ciudadanos de cada una de las Altas Partes Contratantes podrán disponer libremente de sus bienes muebles ó inmuebles, en vida ó por testamento, sujetandose á las leyes de la nacion en que residieren, y sus contratos y disposiciones así otorgados tendrán pleno vigor en el país de su nacionalidad.

Art. 3.^o Los súbditos y ciudadanos de los estados de cada una de las Altas Partes Contratantes estarán exentos en el territorio de

de todo o serviço pessoal no exercito, marinha ou guarda nacional, de todos os tributos de guerra, empréstimos forçados, requisições ou contribuições militares de qualquer natureza que sejam, relativas a suas pessoas. Os seus bens não poderão ser sequestrados nem destinados para qualquer uso publico, sem que previamente se indemnisem os interessados, segundo o disposto nas leis dos respectivos estados.

Art. 4.º Os portuguezes na republica de Bolivia e os bolivianos no reino de Portugal não poderão empregar nas suas questões contenciosas recursos diferentes dos que são concedidos aos nacionaes pelas leis dos respectivos paizes, devendo conformar-se, assim como estes, com as resoluções dos tribunaes judiciaes, e sem que possam d'ellas derivar-se reclamações diplomaticas, salvo os casos em que haja previa denegação de justiça.

Art. 5.º Haverá plena e inteira liberdade de commercio e de navegação entre os subditos de Sua Magestade El-Rei de Portugal e os cidadãos da republica de Bolivia.

O subditos portuguezes poderão entrar livremente com seus navios e cargas em todos os rios, canaes, portos, enseadas e mais logares abertos ao commercio estrangeiro, ou que de futuro forem abertos por parte do governo da republica de Bolivia, tanto no seu litoral maritimo, como em seus rios navegaveis; e reciprocamente os cidadãos da republica de Bolivia poderão entrar livremente com seus navios e cargas nos rios, canaes, portos, enseadas e mais logares dos territorios de Portugal onde o commercio estrangeiro é ou for permitido.

la otra parte de todo servicio personal en el ejército, marina ó guardia nacional, de todos los tributos de guerra, empréstitos forzosos, requisiciones ó contribuciones militares de cualquiera naturaleza que sean, relativos á sus personas. Sus bienes no podrán ser secuestrados ni destinados á cualquier uso público, sin que previamente se indemnice á los interesados, según lo dispuesto en las leyes de los respectivos estados.

Art. 4.º Los portugueses en la república de Bolivia, y los bolivianos en el reino de Portugal, no podrán emplear en sus cuestiones contenciosas recursos diferentes de los que están concedidos á los nacionales, por las leyes de los respectivos países, debiendo conformarse, con las resoluciones de los tribunales judiciales, y sin que puedan derivarse de ellas reclamaciones diplomáticas, salvo los casos en que hubiere denegacion previa de justicia.

Art. 5.º Habrá plena y entera libertad de comercio y de navegacion entre los súbditos de Su Magestad elRey de Portugal y los ciudadanos de la república de Bolivia.

Los súbditos portugueses podrán entrar libremente con sus navios y cargas en todos los ríos, canales, puertos, ensenadas y demás lugares abiertos al comercio extranjero, ó que en adelante fueren abiertos por parte del gobierno de la república de Bolivia, tanto en su litoral marítimo, cuanto en sus ríos navegables; y recíprocamente los ciudadanos de la república de Bolivia podrán entrar libremente con sus navios y cargas en todos los ríos, canales, puertos, ensenadas y demás lugares del territorio de Portugal, en donde el comercio extranjero está ó llegar á ser permitido.

Art. 6.º Os subditos e cidadãos dos estados das duas Altas Partes Contratantes não serão sujeitos em rasão do seu commercio ou industria nos portos, cidades ou quaesquer logares dos respectivos estados, quer ahi se estabeleçam, quer ahi residam temporariamente, a outros ou maiores impostos ou contribuições de qualquer denominação que sejam, do que aquelles a que estão ou possam estar sujeitos os nacionaes.

Os subditos e cidadãos dos dois estados poderão com inteira liberdade, residir, viajar e commerciar em qualquer logar do territorio do outro, em todo o genero de effeitos, mercadorias e productos de commercio licito, alugar e possuir toda a classe de bens e effectuar todos os actos relativos ao commercio por atacado ou a retalho, comtanto que se conformem com as leis e regulamentos do paiz.

Os privilegios e immunidades, ou outro favor de que gosarem em materia de commercio e industria os subditos e cidadãos de uma das Altas Partes Contratantes nos seus respectivos paizes, serão extensivos aos da outra.

Art. 7.º Os subditos e cidadãos dos dois estados não poderão ser presos, expulsos do paiz de sua residencia, ou transportados de um ponto a outro do territorio, salvo nos casos em que estas medidas se adoptem de accordo com a constituição ou com as leis vigentes, regulamentos sanitarios ou praticas internacionaes.

Art. 8.º Os navios portuguezes na sua entrada ou saída dos portos da republica de Bolivia, e os navios bolivianos na sua entrada ou saída dos portos do reino de Portugal, não estarão sujeitos a outros ou mais elevados direitos de tonelagem, pharoes, porto, pilotagem,

Art. 6.º Los súbditos y ciudadanos de los estados de las Altas Partes Contratantes no estarán sujetos, en rason de su comercio ó industria, en los puertos, ciudades ó cualesquiera lugares de los respectivos estados, sea que allí se establezcan, ó que residan temporalmente, á otros ó mayores impuestos ó contribuciones, de cualquiera denominacion que sean, que á aquellos á que están, ó puedan estar sujetos los nacionales.

Los súbditos y ciudadanos de los dos estados podrán con entera libertad residir, viajar y commerciar en cualquier lugar del territorio del otro, en todo género de efectos, mercaderías y productos de comercio lícito, alquilar y poseer toda clase de bienes, y effectuar todos los actos relativos al comercio por mayor ó menor, con tal de que se conformen á las leyes y reglamentos del país.

Los privilegios é immunidades, ú otro cualquier favor de que gocen, en matéria de commercio ó industria, los súbditos y ciudadanos de una de las Altas Partes Contratantes, en sus respectivos países, serán extensivos á los de la otra.

Art. 7.º Los súbditos y ciudadanos de los dos estados no podrán ser arrestados, espulsados del país de su residencia, ó trasportados de un punto á otro del territorio, salvo los casos en que estas medidas se adopten de acuerdo con la constitucion ó con las leyes vijentes, reglamentos sanitarios, ó prácticas internacionales.

Art. 8.º Los navios portuguezes en su entrada ó salida de los puertos de la república de Bolivia, y los navios bolivianos, en su entrada ó salida de los puertos del reino de Portugal, no estarán sujetos á otros ó más elevados derechos de tonelaje, faro, puerto ó pi-

quarentena ou outros que affectem o casco e apparelho do navio, do que aquelles que pagarem em igualdade de casos os navios nacionaes.

Art. 9.^o Toda e qualquer mercaderia ou artigo de commercio que possa legalmente importar-se nos portos e territorios de uma das Altas Partes Contratantes, em navios nacionaes, poderá tambem importar-se nos navios da outra nação sem pagar outros ou mais elevados direitos ou impostos, qualquer que seja a sua denominação, do que os que pagam as sobreditas mercaderias ou artigos de commercio, importados em navios nacionaes, nem se fará distincção alguma na fórma e condição do pagamento dos mencionados direitos e impostos.

Fica expressamente entendido que as estipulações d'este artigo, assim como do precedente, são applicaveis em toda a sua extensão aos navios e suas cargas pertencentes a qualquer das Altas Partes Contratantes que cheguem aos portos e territorios da outra, quer os ditos navios tenham saído directamente dos portos do paiz a que pertencem quer provenham dos portos de qualquer outra nação.

Art. 10.^o As mercadorias de toda a especie importadas de Portugal na republica de Bolivia debaixo da bandeira portugueza, e reciprocamente as mercadorias de toda a especie importadas da republica de Bolivia em Portugal debaixo da bandeira boliviana, gozarão das mesmas isenções e favores; não pagarão outros ou maiores direitos de alfandega ou de navegação, nem serão sujeitas a outra formalidade, mais que as do costume quando a importação se faz debaixo da bandeira nacional.

Art. 11.^o As mercadorias de qualquer especie, que forem expor-

lotaje, cuarentena, ú otros que affecten al casco y aparejo del navio, que á aquellos que paguen, en igualdad de circunstancias, los navios nacionales.

Art. 9.^o Toda y cualquiera mercadería ó artículo de comercio, que pueda legalmente importarse en los puertos y territorios de una de las Altas Partes Contratantes, en navios nacionales, podrá también importarse en navios de la otra nacion, sin pagar otros ó más elevados derechos ó impuestos, cualquiera que sea su denominacion, que los que pagan las sobredichas mercaderías ó artículos de comercio, importados en navios nacionales, ni se hará distincion alguna en la forma y condicion del pago de los mencionados derechos é impuestos.

Queda expresamente entendido que las estipulaciones de este artículo, como las del precedente, son applicables en toda su estension á los navios y sus cargas pertenecientes á cualquiera de las Altas Partes Contratantes, que lleguen á los puertos y territorios de la otra, sea que dichos navios hayan salido directamente de los puertos del país á que pertenecen, ó de los puertos de cualquiera otra nacion.

Art. 10.^o Las mercaderías de toda especie, importadas de Portugal á la república de Bolivia, bajo bandera portuguesa, y reciprocamente las mercaderías de toda especie importadas de la república de Bolivia al Portugal, bajo bandera boliviana, gozarán de las mismas exenciones y favores, no pagarán otros ó mayores derechos de aduana ó de navegacion, ni quedarán sujetas á otras formalidades que las de costumbre, cuando la importacion se hace bajo bandera nacional.

Art. 11.^o Las mercaderías de cualquiera especie que fueren ex-

tadas de Portugal em navios bolivianos, ou da republica de Bolivia em navios portuguezes, para qualquer destino que seja, não estarão sujeitas a direitos ou formalidades de exportação, diversos dos que teriam logar se fossem exportadas em navios nacionaes, e gosarão de baixo de uma e outra bandeira de todas as prerogativas e direitos que são ou forem concedidos em cada um dos dois paizes á navegação nacional.

Exceptua-se das disposições precedentes o que respeita ás vantagens e favores especiaes de que possam ser objecto, em um ou outro paiz, os productos da pesca nacional.

Art. 12.º Os navios portuguezes que entrarem em algum porto da republica de Bolivia, e reciprocamente os navios bolivianos que entrarem em algum porto de Portugal, e que sómente vierem ahi descarregar parte da sua carga, poderão, conformando-se com ás leis e regulamentos dos estados respectivos, conservar a bordo a parte da carga que for destinada a outro porto, quer seja do mesmo, quer de outro paiz, e leval-a a seu destino, sem pagar por esta ultima parte da carga direitos alguns de importação.

Art. 13.º Os súbditos ou cidadãos dos dois estados, que se virem obrigados a buscar refugio ou asylo com seus navios, nos rios, portos ou quaesquer logares do territorio do outro, por causa de temporal, perseguição de piratas, ou inimigos, avaria no casco ou apparelho, falta de agua, carvão ou provisões, serão acolhidos com todo o favor, dando-se-lhes o auxilio e protecção de que carecerem para reparar os seus navios e tomar provisões, pondo-se em estado de seguir viagem, sem obstaculo ou impedimento de

portadas de Portugal en navios bolivianos, ó de la república de Bolivia en navios portuguezes, para cualquier destino que sea, no quedarán sujetos á derechos ó formalidades, diversos de los que tendrian lugar, si fuesen exportados en navios nacionales y gozarán bajo una y otra bandera de todas las prerogativas y derechos que son ó lleguen á ser concedidos en cada uno de los dos países á la navegacion nacional.

Esceptuase de las disposiciones precedentes lo que respecta á las ventajas y favores especiales de que pueden ser objeto, en uno ú otro país, los productos de la pesca nacional.

Art. 12.º Los navios portugueses que entren en algun puerto de la república de Bolivia, y reciprocamente los navios bolivianos que entren en algún puerto de Portugal, y que fueren allí solamente á dejar parte de su carga, podrán, conformandose á las leyes y reglamentos de los estados respectivos, conservar á bordo la parte de la carga destinada á outro puerto del mismo ó de otro país, y llevarla á su destino, sin pagar por esta última parte de la carga ningún derecho de importacion.

Art. 13.º Los súbditos y ciudadanos de los dos estados, que se vieren obligados á buscar refugio ó asilo con sus navios, en los rios, puertos ou cualquiera otros lugares del territorio del otro, por causa de tempestad, persecucion de piratas ó enemigos, avería en el casco ó aparejo del buque, falta de agua, carbon ó provisiones, serán acogidos con todo favor, dándoseles el auxilio y proteccion que necesiten para que recompongan sus navios y tomen provisiones, poniendose en estado de seguir su viaje sin ob-

especie alguma, e sem lhe ser exigido o pagamento de direitos ou qualquer imposto.

Se depois de reparado o navio, e de qualquer fôrma removidos os obstaculos que se oppunham á sua viagem, o navio se demorar no porto mais de quarenta e oito horas, ficará sujeito ao pagamento de direitos e outros impostos de porto estabelecidos pelas leis e regulamentos em vigor.

Art. 14.^o Os navios de guerra estão isentos de todo e qualquer direito de transito ou de porto, não poderão ser demorados no seu trajecto sob pretexto algum, e gosarão em todos os portos e logares, onde for permittido communicar com a terra, das outras isenções, honras e favores de uso geral entre as nações cultas, ficando, todavia, sujeitos á observação dos regulamentos dos dois paizes.

Art. 15.^o As duas Altas Partes Contratantes desejando promover e facilitar a navegação a vapor entre os portos dos dois paizes, concederão ás linhas a vapor portuguezas e bolivianas, que se empregarem no serviço de transportar passageiros e mercadorias entre os seus respectivos portos, todos os favores, privilegios e franquias, que tenham outorgado ou outorguem de futuro a qualquer outra linha de navegação a vapor, salvo as subvenções especiaes que possam conceder-se a uma empresa por motivos determinados.

Art. 16.^o A navegação costeira ou de cabotagem não fica comprehendida nas estipulações do presente tratado, porém estará sujeita onde for permittida, ás leis e regulamentos especiaes dos respectivos paizes.

Art. 17.^o A nacionalidade dos navios será reconhecida por uma

stáculo ni impedimento de ninguna clase, sin exijirles el pago de derechos ó de cualquier otro impuesto.

Si después de recompuesto el navio y de removidos los obstáculos que se oponian á su viaje, permaneciese en el puerto mas de cuarenta y ocho horas, quedará sujeto al pago de derechos y otros impuestos del puerto, establecidos por las leyes y reglamentos vijentes.

Art. 14.^o Los navios de guerra están exentos de todo y cualquier derecho de tránsito ó de puerto, no podrán ser detenidos en su tránsito bajo ningún pretesto, y gozarán, en todos los puertos y lugares donde sea permitido comunicar con tierra, de las otras exenciones, honores y favores de uso general entre las naciones cultas, quedando sin embargo sujetos á la observancia de los reglamentos de los dos países.

Art. 15.^o Las dos Altas Partes Contratantes, deseando promover y facilitar la navegacion á vapor entre los puertos de los dos países, concederán á líneas de vapor portuguezas y bolivianas, que se empleen en el servicio de trasportar pasajeros y mercaderías entre sus respectivos puertos, todos los favores, privilegios y franquicias, que hayan otorgado ú otorgaren de futuro á cualquier otra línea de navegacion á vapor, salvo las subvenciones especiales, que se concedan á una empresa por motivos determinados.

Art. 16.^o La navegacion costera ó de cabotaje no queda comprendida en las estipulaciones del presente tratado, pero estará sujeta, en donde sea permitida á las leyes y reglamentos especiales de los respectivos países.

Art. 17.^o La nacionalidad de los navios será reconocida por una

ou outra das Altas Partes Contratantes, segundo as leis e regulamentos especiaes de cada paiz, por meio de documentos passados aos capitães pelas auctoridades competentes.

Art. 18.º Os súbditos portuguezes na republica de Bolivia e reciprocamente os cidadãos bolivianos em Portugal e nos seus domínios ou possessões, gozarão da mesma protecção que os nacionaes, no que respeita ás marcas de fabrica e de commercio.

Os súbditos portuguezes que quizerem na republica de Bolivia, e os cidadãos bolivianos que quizerem em Portugal, tornar effectiva a protecção estipulada no periodo antecedente, deverão cumprir as formalidades descriptas nas leis e regulamentos que estiverem em vigor nos respectivos paizes.

Fica entendido que quaesquer pessoas interessadas, ou na sua falta os agentes consulares, poderão promover perante os tribunaes as competentes acções civeis ou criminaes contra as pessoas que falsifiquem, adulterem ou usem fraudulentamente as marcas ou rotulos de fabricas ou de commercio.

Art. 19.º Cada uma das Altas Partes Contratantes poderá estabelecer, nos portos e praças do commercio da outra, consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares, reservando-se cada uma o direito de excluir d'esta concessão as localidades que julgar dever exceptuar para todas as nações.

Os ditos agentes consulares de qualquer classe que forem, estando devidamente nomeados pelos seus respectivos governos, e depois de haverem obtido o *exequatur* d'aquelle em cujo territorio deverem residir, gozarão n'elle, tanto pelo que res-

y otra de las Altas Partes Contratantes, según las leyes y reglamentos especiales de cada país, por medio de documentos pasados á los capitanes por las autoridades competentes.

Art. 18.º Los súbditos portugueses en la república de Bolivia, y reciprocamente los ciudadanos bolivianos en Portugal y sus dominios, ó posesiones, gozarán de la misma proteccion que los nacionales, en cuanto á las marcas de fábrica y de comercio.

Los súbditos portugueses que quisieren en la república de Bolivia, y los ciudadanos bolivianos que quisieren en Portugal, hacer efectiva la proteccion estipulada en el periodo precedente, deberán cumplir las formalidades prescriptas en las leyes y reglamentos que estuvieren en vijencia en sus respectivos países.

Queda entendido que cualesquiera personas interesadas, ó en su defecto los agentes consulares, podrán promover ante los tribunales las respectivas acciones civiles ó criminales, contra las personas que falsifiquen, adulteren ó usen fraudulentamente de las marcas ó rótulos de fábrica ó de comercio.

Art. 19.º Cada una de las Altas Partes Contratantes podrá establecer en los puertos y plazas de comercio de la otra consules generales, consules, vice-consules y agentes consulares, reservándose el derecho de excluir de esta medida las localidades que juzgar deber exceptuar para todas las naciones.

Dichos agentes consulares, de cualquier clase que sean, estando debidamente nombrados, por sus respectivos gobiernos, y después de haber obtenido el *exequatur*, de aquel en cuyo territorio deban residir, gozarán en él, tanto respecto

peita ás suas pessoas como ao exercicio das suas funcções, dos privilegios de que gosarem os agentes consulares de igual categoria da nação mais favorecida.

Os archivos e papeis dos consulados serão respeitadas inviolavelmente e por nenhum pretexto poderá qualquer magistrado embargal-os ou de qualquer outro modo intervir a respeito d'elles.

Art. 20.º Os consules geraes, consules, vice-consules e agentes consulares terão a faculdade de requerer o auxilio das auctoridades locais para a prisão, detenção e custodia dos desertores dos navios de guerra e mercantes da sua nação, provando pela exhibição da matricula dos marinheiros, rol da equipagem, ou por qualquer outro documento publico, que taes individuos reclamados pertencem á tripulação do navio de onde se affirma terem desertado, e quando por esta fórma fique comprovada a reclamação, não se recusará a entrega dos desertores.

Art. 21.º Se um súbdito ou cidadão de uma das Altas Partes Contratantes fallecer no territorio da outra e os herdeiros testamentarios estiverem ausentes, forem menores, desconhecidos ou incapazes, a auctoridade local competente deverá requerer o comparecimento do agente consular respectivo para proceder aos actos do inventario, avaliação dos bens e arrecadação dos papeis do defuncto, cujo deposito ficará a cargo do mesmo agente consular, se este assim o quizer e no caso contrario, será incumbido a outra pessoa idonea esse deposito com os devidos sellos e necessarias seguranças até que os interessados na herança entrem na posse d'ella, em conformidade do testamento.

á sus personas, como al ejercicio de sus funciones, de los privilegios de que gozen los agentes consulares de igual categoria da la nacion más favorecida.

Los archivos y papeles de los consulados serán respetados inviolablemente, y bajo ningun pretesto podrá cualquier magistrado embargalos ó intervenir de otra cualquiera manera respecto á ellos.

Art. 20.º Los cónsules generales, cónsules, vice-cónsules y agentes consulares tendrán la facultad de requerir el auxilio de las autoridades locales para la prision, detencion y custodia de los desertores de los navios de guerra y mercantes de su nacion, probando con la exhibicion de la matrícula de los marineros, rol de equipajes, ó cualquier otro documento público, que los individuos reclamados pertenecen á la tripulacion del navio de donde se afirma hayan desertado; y quando por esta forma quede probada la reclamacion, no se rehusará la entrega de los desertores.

Art. 21.º Si un súbdito ó ciudadano de una de las Altas Partes Contratantes falleciere en el territorio de la otra y los herderos testamentarios estuvieren ausentes ó fueren menores, desconocidos, ó incapaces, la autoridad local competente tendrá el deber de requerir la concurrencia del agente consular respectivo para proceder á los actos de inventario, estimacion de los bienes y arreglo de los papeles del difunto, los cuales deberán depositarlos en poder del mismo agente consular, si lo tiene á bien, y si no, de otra persona idónea, con los sellos y seguridades necessarias, hasta que los interesados en la herencia entren en posesion de ella, en conformidad del testamento.

No caso de não haver testamento o deposito dos bens continuará até que em virtude dos avisos, que em todo o caso de fallecimento de seus nacionaes o agente consular deve transmittir ao seu paiz, se apresentem os interessados a fazer valer os seus direitos, conforme as leis da nação em que estiverem situados os bens.

Art. 22.º Não havendo agente consular no lugar do fallecimento, a auctoridade local dará aviso ao agente consular mais proximo para os fins do artigo antecedente, sem deixar de providenciar conforme o seu dever para a segurança dos bens deixados, quer seja por testamento ou *ab intestato*.

Em todos estes casos e outros semelhantes fica entendido que os agentes consulares, como representantes natos de seus nacionaes, poderão sempre intervir perante os tribunaes e auctoridades territoriaes para representar e proteger os subditos ou cidadãos da sua nacionalidade, que sejam herdeiros ou interessados na herança, tanto para segurança dos bens, como para garantia dos interesses pessoaes.

Art. 23.º As duas Altas Partes Contratantes obrigam-se a não dar asylo nos seus respectivos territorios aos grandes criminosos e a conceder reciprocamente a extradição d'elles com as seguintes condições:

1.ª Que os crimes pelos quaes se reclamar a extradição tenham sido commettidos no territorio do governo reclamante;

2.ª Que o governo reclamante apresente sentença condemnatoria ou acto de pronuncia, quer originaes ou por copias authenticas, expedidos contra o criminoso, conforme as leis do paiz em que se commetteu o crime;

En caso de no haber testamento el depósito de los bienes continuará, hasta que, por los avisos que el agente consular debe transmittir á su país, en todo caso de fallecimiento de un nacional suyo, se presenten los interesados á hacer valer sus derechos, conforme á las leyes de la nacion en que estuvieren situados los bienes.

Art. 22.º No habiendo agente consular en el lugar del fallecimiento, la autoridad local dará aviso al agente consular más inmediato, para los fines del artículo precedente, sin perjuicio de tomar conforme á su deber, las seguridades que reclamen los bienes fincados, sea por testamento, ó *ab intestato*.

En todos estos casos y otros semejantes, queda entendido que los agentes consulares, como representantes natos de sus nacionales, podrán siempre intervenir ante los tribunales y autoridades territoriales, para representar y proteger á los súbditos ó ciudadanos de su nacionalidad, que sean herederos ó interesados en la herencia, tanto para la seguridad de los bienes, como para garantia de los intereses personales.

Art. 23.º Las dos Altas Partes Contratantes se obligan á no dar asilo en sus respectivos territorios á los grandes criminales, y a concederse reciprocamente la extradicion de ellos, bajo las condiciones siguientes:

1.ª Que los crímenes, por los que se reclame la extradicion, hayan sido cometidos en el territorio del gobierno reclamante;

2.ª Que el gobierno reclamante presente original, ó en testimonio, la sentencia condenatoria ó *decreto de acusacion*, expedidos contra el criminal, conforme á las leyes del país en que se cometió el crimen;

3.^a Que os criminosos, nos casos anteriores, sejam reclamados directamente pelos governos ou por intermedio dos agentes diplomaticos ou consulares dos paizes reclamantes.

Ast. 24.^o A extradição dos criminosos sómente poderá ser reclamada por motivo dos crimes seguintes: assassinato, parricidio, infanticidio, pirataria, incendio voluntario, furto ou roubo consideravel com fractura ou violencia, falsificação de moeda ou de documentos publicos e bancarrota ou quebra fraudulenta.

Fica entendido, porém, que nunca poderá impor-se a pena de morte aos réus d'estes crimes; sendo esta condição indispensavel para que se verifique a dita extradição.

Art. 25.^o A extradição não terá logar:

1.^o Se o criminoso reclamado for subdito ou cidadão do paiz a cujo governo se fizer a reclamação;

2.^o Por delictos politicos, e quando for concedida pelos crimes enumerados no artigo antecedente não poderá o réu ser processado ou castigado por delictos politicos anteriores á sua entrega ou connexos com os ditos crimes;

3.^o Quando houver reclamação anterior para extradição do réu por crime commettido n'outro paiz ou for reclamado pelo governo do paiz da sua nacionalidade, para n'elle ser julgado de preferencia pelos crimes que houver commettido, havendo em ambos os casos tratado de extradição entre a potencia reclamada e as outras potencias reclamantes.

Quando seja reclamado um réu que tenha de ser julgado por outro delicto commettido no paiz em que se tiver refugiado, não se fará entrega d'elle senão depois de jul-

3.^a Que los criminales, en los casos anteriores, sean reclamados directamente por los gobiernos, ó por intermedio de los agentes diplomaticos ó consulares de los países reclamantes.

Art. 24.^o La extradicion de los criminales solamente podrá ser reclamada por motivo de los crímenes siguientes: asesinato, parricidio, piratería, incendio voluntario, hurto ó robo considerable con fractura ó violencia, falsificacion de moneda ó de documentos públicos, y bancarrota ou quebra fraudulenta.

Pero queda entendido que nunca podrá imponerse la pena de muerte á los reos de estos crímenes; siendo esta condicion indispensable para que se verifique dicha extradicion.

Art. 25.^o La extradicion no tendrá logar:

1.^o Si el criminal reclamado fuese súbdito ó ciudadano del país á cuyo gobierno se dirige la reclamacion;

2.^o Por delitos políticos, y cuando fuere concedida por los crímenes señalados en el artículo antecedente, no podrá el reo ser procesado ó castigado por delictos politicos, anteriores á su entrega ó connexos con dichos crímenes;

3.^o Cuando haya reclamacion anterior para la extradicion del reo, por crimen cometido en otro país, ó sea reclamado por el gobierno del país de su nacionalidad, para ser juzgado de preferencia en él, por los crímenes que haya cometido, habiendo en ambos casos tratado de extradicion entre la potencia reclamada y las otras potencias reclamantes.

Quando sea reclamado un reo que deba ser juzgado por otro delito cometido en el país en que se haya refugiado, no se hará la entrega de él, sino después de juz-

gado e sentenciado, e executada que seja a sentença.

Art. 26.º As despesas da prisão, detenção e entrega dos réus reclamados ficam a cargo da parte que solicita a extradição.

Art. 27.º Devendo a nação portugueza e a nação boliviana considerar-se mutuamente como as mais favorecidas a todos os respeitos nos seus territorios, promettem tambem as Altas Partes Contratantes, que uma não concederá no futuro nenhum favor, privilegio ou immuidade, em commercio, navegação, ou em concessões internacionaes relativas a disposições consulares, a nenhuma outra nação, que não sejam logo extensivos aos subditos ou cidadãos do estado da outra parte, gratuitamente, se a concessão em favor da outra nação for gratuita, e com a mesma compensação ou com o seu equivalente, que se ajustará de mutuo accordo, se a concessão for condicional.

Fica, porém, entendido que a estipulação precedente não comprehende os favores e vantagens particulares que Portugal queira conceder ao Brazil, e reciprocamente não comprehende os favores e vantagens especiaes que Bolivia venha a conceder ás nações americanas, situadas ao sul do isthmo de Panamá.

Art. 28.º As disposições do presente tratado são applicaveis, sem excepção alguma, ás ilhas portuguezas denominadas adjacentes; a saber: as ilhas da Madeira e Porto Santo e o archipelago dos Açores.

Os navios e productos do solo e da industria da republica de Bolivia gozarão na sua entrada e importação nas colonias portuguezas, de todas as vantagens e favores, que actualmente são, ou forem no

gado y sentenciado, y ejecutada que sea la sentencia.

Art. 26.º Los gastos de prision, custodia y entrega de los reos reclamados, quedan á cargo de la parte que solicite la extradicion.

Art. 27.º Debiendo la nacion portuguesa y la nacion boliviana considerarse mutuamente como las más favorecidas, en todo respecto, en sus territorios, prometen también las Altas Partes Contratantes que la una no concederá en adelante ningún favor, privilegio ó inmunidad, en comercio, navegacion, ó en concesiones internacionales, relativas á las disposiciones consulares, á ninguna otra nacion, que no se haga luego estensivos á los súbditos ó ciudadanos del estado de la otra parte, gratuitamente si la concesion en favor de la otra nacion fuere gratuita, y con la misma compensacion ó con su equivalente, que se conviniere de mutuo acuerdo, si la concesion fuere condicional.

Queda bien entendido que la estipulacion precedente no comprende los favores y ventajas particulares que Portugal concediere al Brazil, y reciprocamente no comprende los favores y ventajas especiales que Bolivia concediere á las naciones americanas, situadas al sud del istmo de Panamá.

Art. 28.º Las disposiciones del presente tratado son applicables, sin excepcion alguna, á las islas portuguesas, denominadas adyacentes, á saber: las islas de Madera, Puerto Santo y el archipiélago de los Azores.

Los navios y productos del suelo y de la industria de la república de Bolivia gozarán, á su entrada é importacion en las colonias portuguesas, de todas las ventajas y favores que actualmente están ó lle-

futuro, concedidos aos navios e productos similares da nação mais favorecida.

Art. 29.º As duas Altas Partes Contratantes, no intuito de desenvolver os seus interesses industriaes, e de tornar beneficos para os seus nacionaes os resultados do presente tratado, propõem-se a celebrar convenções especiaes, para promover e proteger a organização de companhias de navegação, de commercio, de agricultura, de exploração de minas e de madeiras, e de quaesquer outras industrias reciprocamente vantajosas nos territorios dos dois paizes, e tanto ás companhias como aos individuos particulares que o solicitem, os governos de Portugal e de Bolivia estarão dispostos a conceder todas as facilidades necessarias.

Art. 30.º O presente tratado ficará em vigor por espaço de oito annos, a contar desde o dia em que forem trocadas as ratificações. No caso de nenhuma das Altas Partes Contratantes notificar, um anno antes de expirar o periodo acima indicado, a sua intenção de fazer cessar todos effeitos do mesmo tratado, ficará este em vigor durante mais um anno, a contar desde o dia em que uma das Altas Partes Contratantes o tiver denunciado.

Art. 31.º O presente tratado será ratificado, e a troca das ratificações será effectuada em Lisboa, La Paz, ou Paris, dentro do termo mais breve possivel.

Em fé do que, os respectivos plenipotenciarios o assignaram em duplicado e o sellaram no palacio episcopal da cidade de La Paz, aos 10 dias do mez de maio de 1879.=(L. S.) *Visconde de S. Januario.*

guen á ser concedidos á los navios y productos similares de la nacion más favorecida.

Art. 29.º Las dos Altas Partes Contratantes, con la mira de desarrollar sus intereses industriales, y de hacer benéficos para sus nacionales los resultados del presente tratado, se proponen celebrar convenciones especiales, para promover y proteger la organizacion de compañías de comercio, de navegacion y de agricultura, de explotacion de minas y de maderas, y de cualquiera otras industrias recíprocamente ventajosas en los territorios de los dos países; y tanto á las compañías, como á los individuos particulares que lo soliciten, los gobiernos de Portugal y de Bolivia estarán dispuestos á otorgar todas las franquicias necesarias.

Art. 30.º El presente tratado quedará en vigor por espacio de ocho años, contados desde el dia en que fueren canjeadas las ratificaciones. En caso de que ninguna de las Altas Partes Contratantes notifique, un año antes de espirar el período arriba indicado, su intencion de hacer cesar todos los efectos del mismo tratado, quedará este en vigor, por un año más, contado desde el dia en que una de las Altas Partes Contratantes lo haya denunciado.

Art. 31.º El presente tratado será ratificado, y el canje de las ratificaciones será efectuado en Lisboa, en La Paz, ó en Paris, dentro del término más breve posible.

En fé de lo cual, los respectivos plenipotenciarios lo firmaron por duplicado, y lo sellaron, en el palacio episcopal de la ciudad de La Paz á los 10 días del mes de mayo de 1879.=(L. S.) *Juan de Dios Bosque*, obispo de la Paz.